

O DIREITO À PREGUIÇA E A IDÉIA DE TEMPO NO CAPITALISMO

Pascoal MANFREDI NETO¹

“Preguiça, tenha piedade de nossa longa miséria”. Preguiça, mãe das artes e das virtudes nobres, seja o bálsamo das angústias humanas.”
Oração à preguiça. Paul Lafargue.

Resumo: A construção da ideologia do trabalho no sistema capitalista tende a legitimar a apropriação do tempo livre. Este estudo pretende resgatar historicamente a noção de tempo socialmente livre, construído no contexto de expansão da produção fabril ocorrida desde o século XIX.

Palavras-chave: Capitalismo; ideologia do trabalho; jornada de trabalho; ócio criativo; tempo livre.

O tempo sempre tem sido um fator de discussão para as ciências sociais, e foi personalizado em expressões como: “sinal dos tempos”, “tempo de produção”, “tempo de maturação”, “tempo moderno”, “tempo de colher”, “tempo histórico”, “naqueles tempos” e aquela que ganhou grande importância no sistema capitalista tornando-se famosa, “tempo é dinheiro”.

Mas o que é o tempo? Se “tempo é dinheiro”, quem está endividado não tem tempo. Isto é perceptível quando principalmente o trabalhador que acabou de receber o seu salário, já está pensando no próximo, este trabalhador não projeta sua vida e sim as suas contas. Só vou poder comprar aquilo, depois da vigésima terceira prestação..., ou então, só poderei viajar depois do mês tal... pois minha dívida diminui, e tenho uma sobra no orçamento. Trocando em miúdos o tempo para essas pessoas passa rápido demais, pois ele é, o “tempo de suas contas”.

O dinheiro, senhor do tempo no capitalismo, roubou o “tempo natureza” do trabalhador/assalariado, criando uma divisão própria: o tempo trabalho criação (este, ligado a cultura o pensar e o lazer) e o trabalho tortura (este, ligado a alienação no sentido marxista do termo). Fica claro que o tempo criação atinge uma pequena parcela da sociedade.

¹ Mestre em Sociologia pela FFLCH/USP. Docente da FAC-FEA. CEP. 16015-280 – Araçatuba (SP)

Na Antigüidade clássica também haviam duas divisões de tempo: o tempo para pensar e fazer política destinados aos anistios (melhores), e o tempo trabalho designado aos escravos. Na idade medieval dentro de uma economia de sub-existência os senhores feudais utilizavam seu tempo guerreando, caçando ou festejando enquanto os servos utilizavam-no plantando, colhendo e pagando impostos aos seus senhores.

Foi na idade Moderna, principalmente a partir da I Revolução Industrial na Inglaterra (1780-1840), que o tempo começou a tornar-se ditador das regras sociais de uma sociedade moderna de bem estar social. A base desta revolução sedimentada no carvão e no minério de ferro foi o suficiente para “estimular a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a ferrovia” (HOBBSAWM,1982). A locomotiva foi o símbolo desta revolução, não só porque nos remetia a idéia de progresso, mas o “*seguir sempre adiante*”, trazia a idéia de ganho de tempo, ou seja, se ganhei tempo, lucrei.

Idéia esta, assimilada rapidamente pela burguesia capitalista da época que passa a investir em ferrovias. Estes investimentos eram frutos do segundo grande boom da industrialização, que favoreceu a acumulação rápida de grandes quantidades de riquezas concentradas nas mãos de uma classe social em formação, na qual a ferrovia era a expressão de uma economia e de uma sociedade em um novo curso revolucionário. Imediatamente a Inglaterra passa a ser a guardiã da racionalização do tempo e a influir na vida das pessoas através das ferrovias e das fábricas. A sociabilidade não é mais, determinada pelo sol ou pela lua, mas sim, pelo apito das locomotivas que controlam o ir e vir, como o apito das fábricas que não só controlava o tempo da produção, mais também a vida do trabalhador.

Trabalhadores rurais expulsos dos campos, devido o cercamento de terras (enclausures), fugindo para as cidades tornam-se agora, trabalhadores assalariados, que na tentativa de garantirem sua sobrevivência e a dos seus, sujeitam-se a exaustivas jornadas de trabalhos diária. As jornadas de doze a dezesseis horas de trabalho dentro de uma fábrica será o espaço que estabelecerá a sua sociabilização.

O calvinismo já vinha tratando a questão da Ética do trabalho como uma forma de o indivíduo conseguir a sua salvação através do trabalho. Max Weber chamou a atenção a isto em seu trabalho, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, se o cumprimento das tarefas cotidianas, ou seja, a vocação para o trabalho, deve ser apenas em prol de Deus, a luta diária pela vida e a intensa atividade profissional ajudam afugentar a dúvida da eleição ou, se quiser, a angústia da salvação. Agir assim, estaria de acordo com o dito popular: “Deus ajuda quem se ajuda”...o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida”. (CARMO,1998)

A partir do momento em que “a religiosidade foi enfraquecendo, permaneceu essa ética do trabalho, no sentido do adiamento das gratificações através da

poupança e da renúncia à própria satisfação dos desejos” (CARMO, 1998). Fica claro que, os trabalhadores, não podendo satisfazer os seus desejos, canalizavam toda a sua energia na busca do desejado: “a salvação”, que depois, foi substituída pelo “dia de amanhã”. O proletariado segundo Karl Marx, pensa no dia de amanhã, na sobrevivência de sua prole, e por isso, fica susceptível à exploração da mais – valia relativa e absoluta que seria o trabalho realizado e não pago.

A burguesia do século XIX dividiu o mundo em: mundo do capital, representado pelos donos dos meios de produção, que tinham o direito de procurar satisfazer os seus desejos, e o mundo do trabalho, representado pelos trabalhadores assalariados que vendiam sua mão de obra, sendo a estes, o único direito que deveriam ter, era o de acreditar em dias melhores.

Por isso, poderíamos dizer que no século XIX, criou-se o culto ao trabalho, desprezando o ócio e combatendo a preguiça, “a idéia de tempo livre foi repassada para a sociedade industrial moderna pela sua estrutura produtiva, conseqüentemente transfigurada, ...o tempo livre foi associado aos ganhos dos trabalhadores, à semana de quarenta horas, à semana inglesa, às férias, à aposentadoria; enfim, ao tempo liberado pelo progresso econômico e preenchido com atividades, muitas vezes continuadoras dos controles institucionais” (PAIVA, 1999). Com isso, o tempo livre passa ser questionado pelos próprios trabalhadores, e não mais pelas classes detentoras do poder moral, pois agora o trabalho está integrado à vida, e esta, confunde-se com ele. O indivíduo sem trabalho não consegue sentir a satisfação do progresso econômico, daí a idéia de mobilidade social através do trabalho, portanto “quem não trabalha não come”, e quem não gosta de trabalhar, é preguiçoso.

A palavra preguiça, segundo o dicionário Aurélio, tem os seguintes significados: aversão ao trabalho, negligência, indolência, moleza, lentidão. Ou seja, o tempo natureza não nos pertence mais, somos criaturas da criação tecnológica que inventamos, o apito da fábrica e o cartão de ponto, ditam o caminho seguro para o contra –cheque no final do mês. Sendo que, o tempo livre seria o espaço de recuperação da força de trabalho.

“O direito à preguiça”, livro editado pela primeira vez em 1880, do médico francês genro de Karl Marx, Paul Lafargue, foi um dos pioneiros questionadores desta escravidão nas fábricas, defendendo a idéia de que o trabalho seria um mal que deve ser reduzido ao mínimo, segundo ele, de no máximo três horas diárias, ou até mesmo evitado.

Tivemos outros autores que se ocuparam escrevendo sobre o excesso de trabalho nas fábricas, principalmente o socialista utópico inglês, Robert Owen, que se preocupava com o trabalho infantil, entre crianças de seis a oito anos trabalhando jornadas de doze horas diárias nas tecelagens inglesas. Mas, foi Paul Lafargue quem encaminhou a discussão para o lazer e o ócio.

A própria burguesia, que defendia o trabalho como salvação, à medida que ia desfrutando dos prazeres da vida através do acúmulo de capital, foi se distanciando do dogma defendido com tanto ardor, como nos relata Lafargue: “uma vez” acorada na preguiça absoluta e desmoralizada pelo gozo forçado, a burguesia, apesar dos males, acomodou-se a seu novo tipo de vida. E toda mudança ela encara agora com horror. A imagem das miseráveis condições de existência, aceitas com resignação pela classe operária, e a da degradação orgânica gerada pela paixão depravada do trabalho, aumentavam ainda mais sua repulsa diante toda a imposição do trabalho e de qualquer restrição dos prazeres” (LAFARGUE, p.94).

Marx analisando as condições miseráveis em que se encontrava a classe trabalhadora no século XIX, alia a resignação pela classe trabalhadora ao processo de sociabilização pelo trabalho e ao conceito de alienação, onde o trabalhador não pensa, executa: “o homem isolado não pode atuar sobre a natureza, sem por em ação seus músculos sob o controle do seu cérebro e o das mãos. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde se separam e acabam por se tornar hostilmente o contrário” (MARX, v.II, p.584).

Esta alienação ao trabalho é muito bem lembrada pela professora Marilena Chauí, na introdução que fez da reedição do livro de Lafargue: “o trabalho em si mesmo, é uma das dimensões da vida humana que revela nossa humanidade, pois é por ele que dominamos as forças da natureza, e é por ele que satisfazemos nossas necessidades vitais básicas, e é nele que exteriorizamos nossa capacidade inventiva e criadora - o trabalho exterioriza numa obra a interioridade do criador ...para que o trabalho se torne alienado, isto é, para que oculte, em vez de revelar, a essência dos seres humanos e para o trabalhador não se reconheça como produtor de suas obras, é preciso que a divisão social do trabalho, imposta historicamente pelo capitalismo, desconsidere as aptidões e capacidades dos indivíduos, suas necessidades fundamentais e suas aspirações criadora e os force a trabalhar para outros como se estivessem trabalhando para a sociedade e para a si mesmos” (CHAUÍ apud LAFARGUE, 1999 p.34.).

O tempo produtivo do trabalhador, é portanto, utilizado para a satisfação de outros, e não para si próprio, e quando não está trabalhando está consumindo. Segundo Marx, “o trabalhador realiza dois tipos de consumo. Na produção, consome meios de produção com seu trabalho e transforma-os em produtos de valor maior que o desembolsado pelo capital. Este é o consumo produtivo. Por outro lado, o

trabalhador emprega dinheiro pago para a compra da força de trabalho em meios de subsistência: este é o consumo individual” (MARX, p.665).

A idéia que temos a partir desta exposição é que o papel do trabalhador se resume à função social de: produzir, consumir e reproduzir. Ocupando todo o seu tempo, inclusive o de seu sono, com sonhos que possam realizar esta missão determinada pela burguesia através da necessidade econômica, assim como de sua moral cristã.

Lafargue tem uma receita para a classe trabalhadora, na obtenção de uma determinada consciência: “para que tenha consciência de sua força, é preciso que o proletariado pisoteie os preconceitos da moral cristã, econômica e livre-pensadora; é preciso que volte a seus instintos naturais, que proclame os Direitos à Preguiça, mil vezes mais nobres e mais sagrados que os típicos Direitos do Homem, arquitetados pelos advogados metafísicos da revolução burguesa. É preciso que ele se obrigue a não trabalhar mais que três horas por dia, não fazendo mais nada, só festejando, pelo resto do dia e da noite (LAFARGUE, p.84).

Como podemos notar, a ideologia do trabalho e a utilização do tempo livre proposta por Lafargue, é totalmente oposta, não só às idéias dos capitalistas do século XIX, como à dos trabalhadores deste mesmo século, que resumiam as suas reivindicações a diminuição da jornada de trabalho.

Com o avanço tecnológico e a mecanização do trabalho, seria lógico pensar que sobraria mais tempo livre para o trabalhador satisfazer seus prazeres, mas ao contrário, à medida em que a tecnologia avança, coloca o mundo do trabalho em crise. Desta vez, não em uma crise conjuntural, mais sim, em uma crise estrutural, colocando milhares de trabalhadores fora do mundo do trabalho.

É este o desafio do século XXI, o de tentar resolver este problema? Uma vez que caminhamos para o fim do Estado do Bem Estar Social, de um lado, a posição dos Sindicatos dos Trabalhadores que continuam as mesmas do século passado; redução da jornada de trabalho, não para aumentar o tempo livre a fim de se combater a exaustiva jornada, mas, para garantir emprego, inclusive aceitando diminuição do salário e flexibilização dos direitos trabalhistas conquistados no passado. Do outro, os governos propondo trabalho (sic) e cestas básicas. No entanto, deixemos esta discussão para outra oportunidade, e vamos continuar analisando a idéia de tempo livre.

Estamos tão acostumados ao trabalho, que quando utilizamos nosso tempo livre, nos sentimos culpados por não estarmos fazendo nada. Se não estivermos produzindo, devemos estar consumindo (nem que seja energia elétrica gasta principalmente com a TV) em relação à terceira função que o sistema capitalista nos reserva, que é o da reprodução, temos que pensar bem, pois filho, é igual a gasto de tempo e de dinheiro, e consumo também é igual a

gasto de tempo e de dinheiro. Por isso ocorre uma baixa nas taxas de fecundidade e de natalidade em países ditos desenvolvidos.

Mas o que fazer com o tempo livre? Voltando a idéia de preguiça que modernamente podemos chamar de ócio, Domenico de Masi, professor de sociologia do trabalho, em seu livro *O Ócio Criativo* relata que, “o ócio é necessário à produção de idéias e as idéias são necessárias ao desenvolvimento da sociedade. Do mesmo modo que dedicamos tanto tempo e tanta atenção para educar jovens para trabalhar, precisa dedicar às mesmas coisas, e em igual medida, para educá-los ao ócio” (MASI, 2000, p.223).

Esta pedagogia do ócio parece que está sendo entendida e praticada por alguns países europeus. Analisando um relatório de 2001 do instituto de pesquisa norte americano Conference Board, que compara o crescimento mundial da produtividade e a distribuição do PIB por país, feita entre os Estados Unidos da América e A União Européia, como nos relata o artigo de Martin Wolf do “Financial Times”, “a convergência na renda per capita entre a EU e os EUA acabou, enquanto os níveis de renda per capita continuam bem abaixo do norte-americano. Mas a diferença não é tão ruim quanto parece, porque reflete em larga medida, uma decisão de trabalhar menos e gozar a vida. Como muitos europeus, considero o vício norte-americano de trabalhar incessantemente lastimável. Se os europeus desejam desfrutar de parte de sua riqueza na forma de mais lazer, por que não?” (WOLF, 2002 p.B11).

A idéia de crescimento econômico, que povoa a mente dos economistas principalmente a dos norte-americanos entra em conflito com a idéia de conciliar a velocidade ligada aos ritmos da produção e do consumo com a lentidão característica psicológica do homem, perguntado sobre isto Masi responde: quem não possui essa sabedoria, quem não sabe usufruir o luxo da pausa, se vê obrigado a perder a vida verdadeira e se contentar com seus substitutos. A Coca Cola é uma substituta da água da fonte, o ecstasy também é substituto do amor, a heroína é uma substituta da viagem, quem não possui essa sabedoria é obrigado a longas fugas ilusórias, em busca de alegrias que, na realidade, encontram-se ao alcance das mãos” (MASI, 2000, p.189).

A velocidade tecnológica e a sensação de que não temos tempo a perder, característica pós-moderna, que nos remete a idéia de futuro como se não houvesse mais o passado, nos impõe uma situação presente, principalmente no jovem desta geração digital. O próprio Domenico de Masi parece entrar em contradição quando define os digitais como aqueles que: “confiam no controle da natalidade, no aumento do tempo livre, nos novos medicamentos, na biotecnologia, na Internet, no desenvolvimento científico, na longevidade, na solidariedade humana, na difusão da cultura, na globalização e no Welfare state” (MASI, 2000, p.257). Talvez o próprio Domenico, tenha se esquecido

em sua análise de que os EUA são os precursores dos digitais, criadores do fast-food, e não assinaram o acordo de Kiotto, o que dificulta a assinatura de qualquer tipo de acordo que diminua seu poderio bélico.

Neste tempo neoliberal, a sociabilidade se dá através da exacerbação da individualidade, da coisificação do humano e da humanização da máquina, esta responsável pelo nosso ganho de tempo, agudizando cada vez mais a crise por que passam as Ciências Sociais. Mas voltemos de novo à questão, o que fazer com o tempo livre, e como lidarmos com a pedagogia do ócio? Segundo Mais; “a pedagogia do ócio tem sua própria ética, sua estética e suas técnicas. O ócio requer uma escolha atenta dos lugares justos: para se repousar, para se distrair e para se divertir. Portanto, é preciso ensinar aos jovens não só como se virar nos meandros do trabalho, mas também pelos meandros dos vários possíveis lazeres. Significa educar para a solidão e para o convívio, para a solidariedade e o voluntariado. Significa ensinar como evitar a alienação que pode ser provocada pelo tempo livre, tão perigosa quando a alienação derivada do trabalho” (MASI, 2000, p.314).

Fica muito difícil discutir o tempo livre em um país como o Brasil, que até a pouco, utilizava o trabalho escravo como gerador de riqueza, onde a questão da preguiça era tratada como vadiagem ou até mesmo caso de polícia. De Macunaíma à Jeca Tatu, o ócio sempre esteve ligado ao oportunismo e à preguiça. A alienação ao trabalho ou ao tempo livre segue discutindo-se, em um Brasil, que precisa ser redescoberto e analisado, onde encontramos ainda dentro do seu povo, um pedaço do elo perdido entre o homem e a natureza.

MANFREDI NETO, Pascoal. The right to idleness and the idea of time in Capitalism. **Economia & Pesquisa**, Araçatuba, v.4, n.4, p. 8-15, mar. 2002.

Abstract: The construction of the work ideology in the capitalist system tends to legitimate the appropriation of the free time. This study intends to historically rescue the notion of time socially free, built up in the expansion of fabric production setting occurred since the XIX century.

Keywords: Capitalism; work ideology; working time; creative idleness; free time.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO, Paulo Sérgio. **História e ética do trabalho no Brasil**. São Paulo: Moderna, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LAFARGUE, Paul. **O direito a preguiça**. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1999.
MARX, Karl. **O capital**, São Paulo: Difel, 1987. livro 1, v. 2.
MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
PAIVA, Maria das. G.M. **Sociologia do turismo**. Campinas: Papirus, 1999.
WOLF, Martin. Europa não acompanha expansão dos EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2002. Dinheiro, p.B11.